

DE LÍNGUA E DE LÍNGUAS: SLOGANS POLÍTICOS E IDEOLOGIAS DE GOVERNOS

Viviane Teresinha Biacchi Brust é Doutoranda em Estudos Linguísticos do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM, integrante do Laboratório Corpus e Bolsista CAPES.

Resumo

Estas reflexões têm como objetivo tratar dos *slogans* adotados por governos do Estado brasileiro no decorrer do século XX, sendo que é por essa materialidade linguística que se pode pensar nas questões ideológicas que dão sustentação a formas de exercício de poder. Para isso, serão perpassadas as noções de língua de vento, língua de madeira e língua de ferro, tomados por Gadet e Pêcheux, teóricos da Análise de Discurso, quando pensam a relação do Estado com seus cidadãos. Esses estudos subsidiarão nosso pensar sobre o sujeito imigrante italiano da Quarta Colônia, uma vez que esse é tomado tanto pelo discurso da emigração, que anuncia uma terra de fartura, quanto pelo discurso de Vargas, que propaga a unidade da nação, ilustrando que a propagandização tenta, pela língua, além de apagar as diferenças, tornar o dizer equivalente ao fazer.

Abstract

These reflections aim to address the slogans adopted by governments of the Brazilian State along the Twentieth Century, being that it is for this linguistic materiality that the ideological questions that support the ways of exercising power can be think. For that, notions of Wind language, wood language and iron language, taken by Gadet and Pêcheux, theoreticals of Discourse Analysis, will be highlighted, when they think about the relation between the State with its citizens. These studies subsidize our thinking about the Italian immigrant subject of Quarta Colônia, once it is taken by both the discourse of emigration, which announces a land of plenty, as by the discourse of Vargas, which propagates the unity of nation, illustrating that the marketing tries to, using language, besides erasing the differences, make the speech an equivalent of really doing it.

1) Primeiro momento – questões gerais

Pêcheux e Fuchs (2010 [1975], p. 163) afirmam que é impossível “identificar” ideologia e discurso, mas que “se deve conceber o discurso como um dos aspectos materiais do que chamamos materialidade ideológica”. Isso é assim explicitado depois de os autores pontuarem que o funcionamento da instância ideológica deve ser concebido como determinado, em última análise, pela instância econômica e pelas relações de produção inerentes a ela. A modalidade do seu funcionamento consiste na interpelação do sujeito, o que vai se realizar sempre por meio de um conjunto complexo determinado de formações ideológicas que desempenham, no interior desse conjunto, em cada fase histórica da luta de classes, um papel desigual na reprodução e na transformação das relações de produção e das suas características de classe (PÊCHEUX; FUCHS, 2010 [1975], p. 163). Assim, teremos sempre, ao revés das condições sócio-históricas, uma forma de ideologia dominante, que é quem vai interpelar indivíduos em sujeitos através dos Aparelhos Ideológicos de Estado. É esse o campo da Análise de Discurso: pensar em como a ideologia está funcionando na/pela língua(gem).

Do “teatro da consciência”, dirigido pela ideologia, quando o sujeito tem como certo que poderia ser a origem de si, ao teatro das representações sociais, quando “algo do mundo tem de ressoar no ‘teatro da consciência’¹ do sujeito para que faça sentido”

¹

Destaques da autora.

(ORLANDI, 1999, [s.p.]), o sujeito é conduzido a ocupar um lugar, num determinado momento sócio-histórico e sob determinadas condições de produção. Entretanto, como formula a autora,

[...] a ideologia é um ritual com falhas e, como dissemos, a língua não funciona fechada sobre si mesma, ela abre para o equívoco. [...] Na relação contínua entre, de um lado, a estrutura, a regra, a estabilização e o acontecimento e, de outro, o jogo e o movimento, os sentidos e os sujeitos experimentam o mundo e a linguagem, repetem e se deslocam, permanecem e rompem limites (ORLANDI, 1999, [s.p.]).

Mesmo que esse ritual seja/esteja sujeito a falhas, são três esses lugares, determinados, a que podemos chamar de espaço ideológico, em que “*as massas estão prisioneiras na caverna capitalista*”² (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 258), a saber: o auditório, compreendido como o espaço da multidão, do povo no sentido cristão, os expectadores, os assistentes, os participantes; a cena, como o altar, o estrado, a barra do tribunal, a mesa de demonstração – do sábio, do mágico ou do palhaço – o quadro-negro, etc.; os bastidores, como a sacristia, o vestiário, etc, conforme nos coloca Pêcheux (2009 [1975]). Cada um cumprindo um seu papel, cada sujeito sendo sempre já sujeito.

Essa imagem é assim explicitada por Pêcheux (2009 [1975]), p. 258): “há os bastidores do mundo capitalista, com os *responsáveis*, que manejam os fios das marionetes, há o quadro das aparências, a tela do *Schein*³ e das ilusões e há o povo encantado [...]”. Mas o que queremos destacar, principalmente – embora o que Pêcheux desenvolve *a posteriori*, com base em estudo de G. Klaus, seja sobre a ideologia na política e na propaganda, dando-nos subsídios para pensar sobre a “propagandização da ciência ou a cientifização da propaganda política quando a ideologia é a mola propulsora dos sentidos”⁴ – tem a ver com o que propõe G. Klaus sobre a língua da política, considerando-a um elemento da luta de classes, e descartando todo neutralismo “que visa restringir as condições do discurso político ao puro tecnicismo retórico”, insistindo, “com razão, no fato de que *as palavras são armas, venenos ou tranquilizantes*”⁵ [...]” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 257). Elas, as palavras, podem ser armas e também, ao mesmo tempo, tranquilizantes, no movimento da própria contradição de que a língua prescinde.

Em relação a isso, é preciso mencionar que essas palavras, esses discursos se representam, se constituem, se materializam nas línguas de vento, nas línguas de madeira e nas línguas de ferro, em referência ao que coloca Courtine (1999). Compreender como funcionam, como se articulam, é também compreender o caráter

² Grifos do autor.

³ Grifos do autor. De acordo com G. Klaus em seu estudo, base destas reflexões de Pêcheux, *Schein* refere-se a palavras e expressões que descrevem e apreendem a aparência, e outras, como *Wesen*, significam o ser.

⁴ Observações feitas pela Prof^a. Verli Petri durante estudo do referido texto, em disciplina por ela ministrada no PPGL-UFSM e intitulada *Sujeito e Discurso I*.

⁵ Grifos do autor.

dos processos ideológicos, com suas formações ideológicas e discursivas, pois nelas se tenta apagar o efeito ideológico e o que aparece é com um sentido já naturalizado, como se não houvesse outras possibilidades de interpretação/identificação/interpelação.

2) Segundo momento: questões históricas

Pêcheux (1990 [1982], p. 9), ao pensar três espaços históricos diferenciados de revoluções⁶ – onde “se tramam as relações entre língua e história” e, conseqüentemente, historicizam-se as relações de poder entre o Estado e o povo, no período monárquico-feudal e entre o Estado, a burguesia e o proletariado, a partir do advento do Estado Moderno –, explicita as relações que estes mantêm com a língua/as línguas e a ideologia, pois em toda língua “se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível” (PÊCHEUX (1990 [1982], p. 8).

O autor refere que, naquele momento, existiam barreiras econômicas e também linguísticas, havia a massa, os inaptos para se comunicar, inclusive entre si, e os que entendiam claramente o que tinham a dizer – a quem dizer e como dizer. E, se no mundo feudal havia a evidência de uma divisão entre dois mundos, essa era assegurada por um terceiro mundo, invisível, a ideologia religiosa. Durante esse tempo, não houve prática nenhuma de política linguística: o mosaico de falares permaneceu intocável, “tão intocável quanto o corpo do rei” (PÊCHEUX (1990 [1982], p. 10). Pode-se dizer que o feudalismo, explicitamente, manteve a diferença e, por meio dela, a ordem existente de então.

Neste outro período, o do advento do Estado Moderno, porém, que se configura a partir da chegada da burguesia ao poder, a qual destitui a ideologia religiosa feudal, instaura-se uma nova ordem, a qual visava a absorver as diferenças, fazendo com que as barreiras visíveis desmoronassem. Para isso, a revolução burguesa universalizou as relações jurídicas, quando, para se tornarem cidadãos, os sujeitos *deveriam se libertar de seus particularismos históricos*, conforme nos explica Pêcheux (PÊCHEUX (1990 [1982])). Libertarem-se de seus particularismos históricos também pressupõe desfazerem-se de suas especificidades linguísticas, o que vai levar à alfabetização, no aprendizado e na utilização legal da língua nacional. Segundo Pêcheux (1990 [1982], p. 11),

[...] o resultado do que acabamos de lembrar brevemente consiste em uma mudança estrutural na forma das lutas ideológicas: não mais o choque de dois mundos, separados pela barreira das línguas, mas um confronto estratégico em um só mundo, no terreno de uma só língua, tendencialmente Una e Indivisível, como a República.

Depois disso, enquanto organiza uma nova divisão da sociedade, sob a cobertura de uma unidade formal no Direito, a qual passa pela difusão dessa língua nacional, a burguesia “organiza uma desigualdade real, estruturalmente reproduzida por uma

⁶ A saber, a Revolução Francesa, a questão da revolução socialista a partir do século XIX e as revoluções do século XX, conforme o autor no texto já referido.

divisão no ensino da língua e da gramática” (PÊCHEUX (1990 [1982], p. 11). Na necessidade de dominação de uma classe, é a ideologia jurídica que vai introduzir “uma *barreira política invisível*”, que se entrelaça sutilmente com as fronteiras econômicas visíveis engendradas pela exploração capitalista” (PÊCHEUX (1990 [1982], p. 11). Nesse sentido, Orlandi (2007) expõe, em relação à Gramática, que não é em seu conteúdo, mas no modo como se estrutura seu discurso em função de um sujeito de conhecimento que se encontra a marca da interpelação, a de um sujeito que deve se relacionar com o saber da língua:

Língua de que a gramática pode prover o conhecimento e, dessa forma, o domínio. [...] Assim, podemos dizer, agora de modo geral, que a gramática em seu processo de produção faz muito mais do que ser um lugar de conhecimento ou norma. Ela é a forma da relação da língua com a sociedade na história. [...] É esse sujeito, é esta posição-sujeito que somos convidados (aprendemos) a ocupar quando aprendemos a língua. Ora, esse sujeito não pode resistir à língua sem ser marginalizado ao cair fora da norma (ORLANDI, 2007, p. 14-15).

A barreira política invisível, continua Pêcheux (1990 [1982]), constitui a nova *língua de madeira* da época moderna: ela representa, no interior da língua, a maneira política de negar a política. E continua o autor:

[...] o importante aqui é que esta nova barreira, invisível, não separa “dois mundos”; ela atravessa a sociedade como uma linha móvel, sensível à relação de força, resistente e elástica, sendo que, de um e outro de seus lados, as mesmas palavras, expressões e enunciados de uma mesma língua, não têm o mesmo “sentido”: esta estratégia da diferença sob a unidade formal culmina no discurso do Direito [...] (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 11).

Para o referido autor, o espaço da língua de madeira também é o “espaço do artifício e da dupla linguagem, linguagem de classe dotada de senha e na qual para ‘bom entendedor’⁸ meia palavra basta” (GADET; PÊCHEUX, 2004 [1981], p. 24). Acrescentaríamos que também a ele fazem sentido os não-ditos e os silenciamentos, os quais, muitas vezes, mais dizem – e mais se abrem ao jogo das interpretações – do que aquilo que ilusoriamente se pressupõe estar explícito.

3) Terceiro momento: questões atuais

Diante disso, Gadet e Pêcheux (2004 [1981], p. 24), na análise que fazem sobre como funciona a linguagem no capitalismo contemporâneo em suas novas roupagens – como o discurso da mundialização, dirá Orlandi (2012) – e de como a linguagem está organizada para produzir sentidos, nos define uma outra língua, assim constituída: “dominação mais sutil, que consiste em reforçar as marcas pelo jogo interno de sua

⁷ Grifos do autor.

⁸ Destaque dos autores.

diferença, pelo jogo publicitário da linguagem comercial e política: a ‘*língua de vento*’⁹ permite à classe no poder exercer sua maestria, sem mestre aparente”. Afirmar Pêcheux (2011 [1979], p. 91) que “o Estado capitalista moderno passou a ser mestre na arte de agir à distância sobre as massas. É esta toda a arte da propaganda, e esta arte (arma) não poderia virar-se, como tal, a serviço do proletariado e das massas”. Este é o momento em que o dizer substitui a prática ou o dizer é a prática.

Podemos nos remeter, inicialmente – uma vez que o que pauta nossa pesquisa perpassa as questões imbricadas nos processos de imigração e colonização (nosso sujeito é o sujeito imigrante italiano da Quarta Colônia do RS) – ao que leva um contingente humano a sair de seu país. “Os italianos pobres desse período, de certa forma, foram transformados em mercadoria, eram um produto de exportação que possuía um determinado valor no mercado de trabalho que se internacionalizava pela expansão do capital” (ZANINI, 2006, p. 38). Mercadorias, divididas, que até poderiam idealizar uma sociedade mais justa, mas que antes sonhavam com melhores condições de sobrevivência, fugindo dos patrões e tornando-se proprietários. Naquele momento, a propagandização de que emigrar seria a salvação acontece pela palavra dos que emigravam sazonalmente em busca de trabalho em outras regiões da Europa, mas, principalmente, pela figura do padre, pelos agentes da imigração, pelo patrocínio dos governos hospedeiros e de origem (ZANINI, 2006).

Mais tarde, imigrantes/colonos de todas as etnias/origens foram convocados a participar da nação brasileira. A divulgação do propósito da construção de um Estado-Nação vai se dar durante o Estado Novo pelo rádio e com a imagem do líder que sintetiza em si tais ideais no que se convencionou chamar de populismo.

Referimo-nos ao governo de Getúlio Vargas quando do Estado Novo (1937-1945), período em que o Estado, autoritário, imbuíu-se do seu propósito de construir uma “Nação”, o qual, ao projeto de como dar a ela uma representação de unidade, acrescentou-lhes outros, entre os quais, os que levaram às medidas jurídicas centralizadoras que interditaram as línguas dos imigrantes, conforme sinaliza Payer (2001). Essa ideologia jurídica vai se constituir na barreira social invisível para esses que são instados a tornarem-se cidadãos brasileiros. É diante desse simbólico de língua, de não estar na língua nacional, na gramática da língua nacional, diante de saberes dessa língua, que se dá o confronto com o político.

Naquele momento, o presidente, ao iniciar seus pronunciamentos, dizia “trabalhadores do Brasil!” e era conhecido como “o pai dos pobres”, frase bíblica (Livro de Jó – 29:16), e título criado pelo seu Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). “Pai” toma-nos pela memória bíblica, proteção; pela memória do patriarcado, autoridade; pela memória familiar, afeto. Inacessível, inalcançável, inquestionável. A esse respeito, vale destacar que:

A política de disseminação da ideologia estado-novista adotada pelo DIP era, porém, era muito mais efetiva. Criado em dezembro de 1939, substituiu o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural, que em 1934 havia ocupado o lugar do Departamento Oficial

⁹ Grifos do autor.

de Propaganda (DOP), formado em 1931. Diretamente subordinado à Presidência da República, o órgão tinha o objetivo de centralizar, coordenar, orientar, superintender a propaganda oficial interna e externa [...], fazer censura do teatro, do cinema, de funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura e da imprensa. (Decreto-lei 1915, de 27.12.1939) (JAMBEIRO et al., 2004, p. 13).

Além disso, continuam os autores (2004), o DIP também criou um sistema para o controle das comunicações, da cultura e das artes em todo o país. O rádio, os jornais e as revistas eram instrumentos para a promoção dos novos valores que o Estado Novo queria que os brasileiros assimilassem: uma ideologia nacionalista dedicada à construção de um capitalismo urbano-industrial, num país defendido contra influências estrangeiras, e voltado para sua própria cultura e seus valores tradicionais.

Poderíamos, inclusive, identificar – além do imaginário do “*american way of life*”, quando muitos latino-americanos deixavam seus países de origem pelo sonho de “fazer a América”, construir e construir-se pautados pelo consumo, quando lá eram chamados, através de sua própria língua, de *cucarachas*¹⁰ – alguns *slogans* utilizados pelo próprio Estado brasileiro, conforme o posicionamento ideológico de seus governos.

Assim, para melhor pensarmos a questão que explicitamos, destacamos os seguintes *slogans* políticos, a partir do que nos traz Queiroz e Manhanelli (2009, p. 106):

- o do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), “50 anos em 5”, ou seja, cinquenta anos de desenvolvimento em cinco do referido governo, quando se endividava o país para aliar-se à economia norte-americana;
- “Eu te amo, meu Brasil” e “Ame-o ou deixe-o”, slogan que subscrevia a força do autoritarismo e da censura do governo de general Médici (1969-1974), “neutralizando” questões políticas, tocando apenas em sentimentos de amor ao Brasil; um “Plante que o João garante”, durante o “milagre econômico” (para quem?) do governo militar de João Figueiredo (1979-1985). Esses dois últimos em verbos imperativos, em consonância à proposta de ordenar, além de um “João”, na tentativa de aproximar a ilegítima autoridade máxima da nação a todo e qualquer cidadão comum;
- “Tudo pelo social”, de José Sarney (1985-1990), quando a inflação chegou a níveis insuportáveis para a população;
- “Brasil, união de todos”, de Itamar Franco (1992-1995), num vácuo pós-*impeachment* de Fernando Collor;
- “Avança, Brasil!”, de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), um avançar para reformas, como a da privatização de estatais, vendendo, grandes empresas de capital nacional a preço de bananas;
- “Brasil, país de todos”, de Lula (2003-2010), significativo pela chegada da esquerda no poder;

¹⁰ *Baratas*: porque proliferam, vivem em cantos (à margem).

- e o atual, “País rico é país sem pobreza”, de Dilma Roussef (2011-atual), quando, mesmo que se pense e se invista em programas sociais que tiram da linha de miséria¹¹ significativa parcela da população, o sistema financeiro continua a manter a sua estrutura e garantir sua fonte de lucros.

Evidentemente, não colocamos todos em um lugar-comum, pois existem substanciais diferenças quanto ao modelo e, principalmente, quanto às suas práticas: autoritário ou democrático, que desenvolve a grande indústria pensando no capital internacional ou que dirige suas políticas para sanar graves lacunas sociais, pensando no trabalho. Porém, sabemos que existem distâncias entre propostas e ações políticas.

Ainda, levando-se em conta os sujeitos no político e na política, na contemporaneidade, e lembrando-nos dos processos de eleições nos mais diferentes países,

[...] podemos dizer que a propaganda, mais especificamente a propaganda política, como arte de anestesiar as resistências, de absorver as revoltas no consenso e de fazer abortar as revoluções, progrediu bastante quando pensamos o que significa o “marketing político” atualmente, e assistimos seu funcionamento em período de eleições. É outra gestão dos sujeitos que se apresenta. São novos modos de assujeitamento (ORLANDI, 2012, p. 131).

Com isso, presentifica-se a questão de que, mais do que nunca, quanto mais se constrói o efeito de sentido de igualdade e se sente anular, apagar a diferença, aí “a ideologia funciona mesmo, e sobretudo, quando parece não estar funcionando” (PETRI, 2010, p. 33). Hoje, todos os partidos parecem defender as mesmas coisas, inquestionáveis pautas, por discursos muito próximos: saúde, moradia, educação, simulando um discurso ou uma política de consenso, na qual não há espaço para a contradição, para o diferente. Segundo Orlandi (2012, p. 142), mais uma vez se evita falar sobre o povo, sobre o pobre, “porque estes sim são lugares de litígio, de mobilização social, do não estabilizado, daquilo que, sujeito a equívoco, seria possibilidade real de ruptura da estrutura, da divisão social. Que sempre é adiada”. Acrescentamos: também se evita falar sobre a riqueza, sobre os ricos, porque esses são lugares que “não devem” e “não podem” ser questionados.

Todo discurso está imbricado numa relação de poder. E é sobre esse sujeito e essa sociedade dividida que estamos construindo o nosso discurso. A língua de vento de que nos fala Pêcheux, tão presente em formas explícitas, nos discursos estampados nas mídias hoje, pode ser compreendida, então, tanto como aquela que serve para vender produtos da indústria, quanto aquela que serve àqueles que constroem personagens (os governantes) que vendem produtos da política, conforme ilustramos. Também, nos discursos ilusórios de igualdade, vide os exemplos da *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (ONU/1948) e da *Constituição Brasileira* (1988), sobre a qual

¹¹ De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), houve um encolhimento das classes D e E, que em 1992 representavam, juntas, 62,13% da população. Em 2003, 54,85% dos brasileiros eram pobres. Hoje, somadas, as classes D e E representam 33,19% dos 191,4 milhões de habitantes do país (Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 08.jun.2012).

questionamos: quem é que a organiza/torna tão eficaz? Indubitavelmente, a língua de vento é uma língua produzida por alguém a quem não se faz necessário ouvi-la: “Ela não serve tampouco ao seu mestre. O imperialismo fala hoje a língua de ferro, mas aprendeu a torná-la tão ligeira quanto o vento” (GADET; PÊCHEUX, 2004 [1981], p. 24).

Porém, Pêcheux vai mais adiante ao colocar que uma língua pode estar ligada à outra: “A língua de madeira do direito e da política se enrosca com a língua de vento da propaganda e da publicidade. Uma face obscura a nossa modernidade a que uma reflexão da língua não podia permanecer cega” (GADET; PÊCHEUX 2004 [1981], p. 23). Podemos perceber que esses entrelaçamentos se efetivam nas mais diferentes “configurações”, relativas àquilo que se tem num determinado tempo e espaço. Assim, mesmo que no final do século XIX a propaganda e a publicidade não tivessem os suportes e os recursos que vão se desenvolvendo nos séculos subseqüentes, não significa que tal arranjo não possa ter sido construído.

Hoje, os discursos sobre a igualdade encontram eco em suas próprias vítimas, quando formas mais sutis de dominação e divisão social tem se solidificado. Como refere Orlandi (2012, p. 108), “dispositivo essencial do Estado capitalista autoritário moderno, a propaganda se faz com imagens e palavras, sentimentos, ideias e gestos”. Para isso, tem sua base científica na psicologia, por meio da qual consegue “levar em conta o que as pessoas têm na cabeça, saber como se endereçar a elas, saber tocá-las, saber comunicar, se ajustar às pessoas para ajustá-las, para melhor mirar o alvo de suas cabeças” (ORLANDI, 2012, p. 108). A autora faz tais afirmações considerando como uma evidência, não só do século XX, mas também do XXI, a ideia de que o homem é um animal influenciável de uma grande plasticidade, sendo que isso continua a frequentar as preocupações políticas deste nosso tempo.

Nesse sentido, Orlandi (2012, p. 107) propõe “uma reflexão que fale sobre Propaganda Política e a Língua de Estado”, “uma reflexão sobre como se faz circular a política pelos meios de massa para a população em geral e que essa política assim formulada o seja pelas instâncias do Estado”. Para isso, retoma um texto de Pêcheux que, segundo a autora (2012), foi produzido em um momento em que a burguesia multinacional desenvolveu operações midiáticas de massa contra tudo que resistia a sua política, ao mesmo tempo em que, na esfera do socialismo, também se intensificavam as propagandas governamentais, ou seja, em um momento em que acontecia a chamada guerra ideológica.

Pêcheux (2011 [1979]), sobre o discurso de alguns líderes totalitários, trata de uma língua de Estado, caracterizando-a como aquela em que se emprega uma série de estratégias de discurso a fim de evacuar qualquer contradição e mascarar a existência das relações de classes. A língua de Estado “usa uma falsa aparência para contornar indefinidamente o que todo mundo sabe e ninguém pode dizer” (PÊCHEUX (2011 [1979]), p. 86). Orlandi, por sua vez, refere-se a ela como “o modo pelo qual ele [o Estado] dá sentido a si mesmo” (2012, p. 107).

Há, no entanto, diferença nas condições de produção dessas considerações. Enquanto Pêcheux (2011 [1979], p. 87) se embasa em ocorrências que circundaram a Segunda Guerra Mundial, as quais desencadearam outras formas de assujeitamento, Orlandi analisa enunciados de propaganda do Estado brasileiro da primeira década do

séc. XXI, e sua conclusão caminha no seguinte sentido: que demos mais uma volta na roda da propaganda e nos aprofundamos no funcionamento de novas formas de assujeitamento. Discursos como o que a referida teórica analisa, a saber, “Brasil, um país de todos” – enunciado que se constitui como *slogan* oficial do governo Lula e “faz parte do que estamos chamando de Língua de Estado, pois representa o ‘pensamento’¹² do Estado” (ORLANDI, 2012, p. 125) –, é também “um procedimento produzido pelo Governo Federal em sua propaganda: a Língua de Vento, mundializada [...]” e “trata-se ainda e sempre da ideologia e do assujeitamento” (ORLANDI, 2012, p. 127-128), pois, nesse enunciado,

[...] silencia-se como é do gosto da ideologia da mundialização o fato de que somos um Estado, uma Nação com suas especificidades, com seu povo, com suas diferenças, como é próprio do capitalismo. Ao jeito do discurso neoliberal, mundializado, homogêneo, em que noções como democracia, cidadania não se calçam de determinações concretas (ORLANDI, 2012, p. 126).

Nesses discursos, afirma Orlandi (2012), reina a performatividade, quando os gestos e as declarações substituem as práticas, ou seja, a propaganda substitui a prática política. Isso nos remete aos vocativos e aos apostos – para partir da superfície linguística – utilizados nos discursos direcionados ao povo pelos governos.

4) Finalizando

Nosso pensar tem sido o lugar que o sujeito imigrante italiano toma diante das questões todas que o assujeitam, pois, afinal, que lugar vai caber a ele nesse espaço de consenso e de que tudo está bem, onde todos aparentemente querem a mesma coisa? É exatamente ao tratarmos sobre novas necessidades do sujeito e, sobretudo, ao tratarmos de um espaço de contradições que nos remetemos, novamente, ao espaço empírico que nos fornece elementos para o espaço teórico, qual seja, o da Quarta Colônia de imigração italiana.

Hoje, segundo Orlandi (2012, p. 47), a empreitada da Análise de Discurso é compreender as novas formas de assujeitamento, em consonância à proposta de Pêcheux de tratar da questão discursiva, de um lado, pela conjuntura histórica e, de outro, pelos modos de assujeitamento, os quais envolvem processos discursivos instalados historicamente na contemporaneidade, ou seja, a mundialização, as novas tecnologias da linguagem, a mídia tal como ela se apresenta hoje, as guerras ideológicas contundentes, as formas sociais, o ecologismo, a xenofobia, o racismo, a ressignificação do Estado com o Mercado, a reorganização de uma direita letal. Ao analista de discurso, em seu gesto de interpretação, é preciso:

Não ver a língua como sistema (o software de um órgão mental), mas como o real específico do desdobramento das discursividades; observar as condições de existência dos objetos em uma conjuntura

¹²

Grifos da autora.

histórica e lembrar que os objetos a saber se constroem em processos discursivos. Pensar as discursividades em suas diferentes materialidades que se desdobram em um espaço contraditório, fazendo-se unidades de análise (ORLANDI, 2012, p. 49).

É preciso, portanto, retomar Pêcheux (2009 [1975], p. 281) quando este nos diz que “não há dominação sem resistências: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’”¹³. Assim, se há as línguas de Estado, deve haver também a língua do povo, das minorias, dos pequenos/grandes grupos, desses imigrantes e de seus descendentes, que produzem discursos, discursos outros, aqueles que não os institucionalizados. Esses têm, por sua vez,

[...]uma memória própria, [...] em um espaço próprio, que se construiu por relações entre seres que se significam e significam as relações que sustentam a própria existência desse espaço como espaço vivido/dividido com seus gestos de significação (ORLANDI, 2004, p. 26).

E isso atesta uma sociedade dividida. Se a memória do Estado satura ou deixa lacunas, não teríamos também a presença – e até a resistência – de línguas outras que preencheriam os buracos, diriam das contradições ou ainda se contraporiam às saturações por aquelas realizadas, uma língua que estivesse a jogar com as línguas de ferro, de madeira e de vento? Nessa relação, por essa(s) outra(s) língua(s), uma outra história da imigração, um deslocar de sentidos, o saber de uma luta desigual, que deixa marcas: é a língua italiana que se atravessa num cotidiano de língua portuguesa, é a fotografia que traz a imagem de monumentos destruídos que se reedificam hoje em praças públicas, são livros de memórias publicados para poucos leitores. Em outras palavras, é a presença do político diante do simbólico, que mede forças e, nessas/por essas línguas que se enroscam, a luta pelo poder do dito.

Referências

COURTINE, J-J. O chapéu de Clementis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Traduzido por M. R. Rodrigues. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, C. L (Org.). **Os múltiplos territórios da Análise de Discurso**. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1999.

GADET, F; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. O discurso na história da lingüística. Traduzido por Bethania Mariani e Maria E. C. de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004 [1981].

JAMBEIRO, Othon et al. **Tempo de Vargas: o rádio e o controle da informação**. Salvador, BA: EDUFBA, 2004.

¹³

Grifos do autor.

ORLANDI, Eni P. **Discursos em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: FERREIRA, Maria C. L.; INDURSKY, Freda (Orgs.). **Análise de discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. Do sujeito na história e no simbólico. **Escritos**, n. 4: Contextos epistemológicos da Análise de Discurso. Campinas, SP: Labeurb/Nudecri – UNICAMP, 1999.

PAYER, M. O. A interdição da língua dos imigrantes (italianos) no Brasil: condições, modos, consequências. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Historia das idéias lingüísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes/UNEMAT, 2001.

PÊCHEUX, Michel. Foi “propaganda” mesmo o que você disse? [1979] In: ORLANDI, Eni P (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux (Textos escolhidos). Campinas, SP: Pontes, 2011.

_____; FUCHS, Catherine. [1975]. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Traduzido por Bethania Mariani et al. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2010.

_____. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Traduzido por Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: ed. UNICAMP, 2009 [1975].

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. Traduzido por José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. n. 19. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990 [1982].

PETRI, Verli. Reflexões acerca do funcionamento das noções de língua e de sujeito no dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, n. 23/24, Campinas/SP, 2010.

QUEIROZ, Adolfo; MANHANELLI, Carlos. Breve história dos slogans políticos nas eleições do Brasil republicano. **Signos do Consumo**. v. 1, n. 2, 2009, p. 101-122.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil meridional**: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM, 2006.